

NAS BRECHAS E ENCRUZILHADAS: UMA TENTATIVA DE DEBATER QUESTÕES DE IDENTIDADE DE GÊNERO NO JORNALISMO SUL-MATO-GROSSENSE¹

En las brechas y encrucijadas: un intento de debatir cuestiones de identidad de género en el periodismo de Mato Grosso del Sur

Tainá Mendes Jara²

Resumo: A partir de minha atuação como repórter na imprensa sul-mato-grossense, ao longo de mais de dez anos, busco nesse trabalho debater três das produções que elaborei com foco em questões de identidade de gênero, relacionando-as com a perspectiva dos Estudos Culturais e os debates sobre identidade, corpo e diferenças. Também faço um relato sobre os bastidores e contexto histórico-político vigente durante o processo produtivo. Mesmo com uma amostragem pequena e específica, o relato é capaz de dar uma noção de como o assunto é tratado no jornalismo local.

Palavras-chave: Jornalismo. Imprensa. Identidade de Gênero. Feminismo.

Resumen: A partir de mi actuación como reportera en la prensa de Mato Grosso del Sur, a lo largo de más de diez años, busco en este trabajo debatir tres de las producciones que elaboré con foco en cuestiones de identidad de género, relacionándolas con la perspectiva de los Estudios Culturales y los debates sobre identidad, cuerpo y diferencias. También hago un relato sobre los bastidores y el contexto histórico-político vigente durante el proceso productivo. Aun con una muestra pequeña y específica, el relato es capaz de dar una noción de cómo el tema es tratado en el periodismo local.

Key words: Periodismo. Prensa. Identidad de Género. Feminismo.

1 Introdução

De início, busco situar-me quanto aos marcadores sociais que me atravessam, por considerá-los elementos capazes de enriquecer o debate que busco fazer sobre a produção jornalística em relação às questões de gênero. Sou jornalista, formada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Sempre vivi em Campo Grande, capital sul-mato-grossense.

¹ Uma versão resumida deste texto foi publicada nos Anais do I Simpósio Gênero e Desigualdades: Vozes e pensamentos decoloniais e pós-coloniais, em Corumbá, de março de 2025.

² Jornalista, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0012-7804>. Email: tainajara@gmail.com

Tenho mais de dez anos de experiência na imprensa local, tendo atuado nos principais veículos do Estado. Levei para o profissional, inquietudes que me perseguem por toda vida, como pessoa oriunda de família de trabalhadores e atuante politicamente. Os incômodos quanto às desigualdades sociais, especialmente as questões de gênero, aprofundaram-se com o acesso ao ensino superior.

Tal apresentação se dá pela escolha de me colocar como um dos instrumentos metodológicos do debate proposto neste artigo. Como jornalista, periférica, mulher e mestiça³ - como descrevo-me inspirada pelos escritos de Anzaldúa, no sentido de que não “apenas sustenta contradições como também transforma a ambivalência em uma outra coisa” (Anzaldúa, p. 706, 2005) - trago uma visão particular sobre a produção de algumas matérias elaboradas por mim durante minha atuação como jornalista em Mato Grosso do Sul.

Meu lugar social, historicamente colocado como do “Outro”, pode trazer uma perspectiva de objeto, como um móvel mesmo, já que tantas vezes nos colocaram como não-humanos, mas, nem por isso nos tornamos livre de uma potência informacional e poder de agência (Freitas e Oliveira, 2020). Pode também, numa percepção mais protagonista, ser compatível como a proposta literária das escrevivências, utilizada para descrever a experiência das pessoas brasileiras de origem africana, mas que, ao mesmo tempo consegue “compor um discurso literário que abarca um sentido de universalidade humana” (Evaristo, 2020, p.31). Mesmo tratando-se aqui de um texto científico, tais recursos são capazes de enriquecer a análise. Dessa forma, assumimos, como proposto por Louro (2007, p. 235), que “a linguagem institui um modo de conhecer” e que “o modo como se escreve está estreitamente articulado às escolhas teóricas e políticas que se empreende”.

Ocupar o espaço de jornalista, diante da condição social com a qual vivi até então, me colocou diante de uma realidade contraditória. Espaço privilegiado de influência no debate público, o jornalismo não era habituado a ser ocupado por pessoas como eu. No momento

³Embora haja o entendimento de que o termo carrega uma conotação problemática, me aproprio dele aqui na tentativa de ressignificá-lo como componente carregado por um olhar específico e, portanto, de alguma forma, privilegiado no sentido da pesquisa a qual me proponho. No Brasil, o termo mestiçagem remete a um projeto político, ideológico e cultural que não faz distinção entre os sujeitos de sua nação trazendo, portanto, uma noção de harmonia entre as raças atrelada a suposta ausência do racismo enquanto prática discriminatória. Ou seja, funcionando como instrumento de silenciamento de diferenças cruciais na formação da sociedade.

em que ingressei na profissão, por volta de 2012, a presença feminina, bem como alguma diversificação racial e de classe, parecia se consolidar nas redações em que atuei.

Coincidência ou não, o cenário aparente progressista vinha de encontro a certo desprestígio e precarização da profissão. Em seu interior, as estruturas de poder pareciam ser as mesmas regidas por décadas ou até séculos. A pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012” apontava para um cenário em que a categoria era majoritariamente composta por mulheres (64%), brancas (72%), solteiras, com até 30 anos (59%). O aumento do tempo médio de trabalho, adoecimento, salários baixos e estagnados coincidia com a precarização crescente do mercado jornalístico brasileiro. “Elas são maioria nas redações, porém ocupam menos cargos de gestão, saem mais cedo da profissão e ganham menos” (UFSC, 2021, p. 22).

Mas por que analisar o jornalismo produzido por mim? Apesar da necessidade de me adaptar às estruturas de poder predominante nas redações em que trabalhei, encontrei nas ocasiões apresentadas uma oportunidade de tentar tratar de assuntos poucos abordados na imprensa local, que não fosse de uma forma policialesca e sensacionalista, como geralmente acontece, em que pese as situações de violência ainda presentes nos casos relatados aqui. Trabalhar minha própria produção, portanto, traz algo em comum a muitos jornalistas que atuam em redação: o de enfrentar o dilema de cumprir com sua função social, sem necessariamente abalar interesses econômicos da empresa.

Considerando tal movimento, ressalto que em alguma medida as estratégias adotadas na minha prática jornalista também dialogam com minhas práticas de pesquisa, como que em um caminho espontâneo de resistência e busca por olhares menos convencionais. Nesse sentido, recorro a um teórico da comunicação para explicar minha persistência em trabalhar dessa forma:

Porque pesquisar para me tornar mais triste, mais pessimista, não serve para ninguém. Temos que pesquisar não só o que permite denunciar, mas o que permite transformar, mesmo que seja numa medida muito pequena. Eu sempre recorro a uma teoria não escrita brasileira, a teoria das brechas, segundo a qual todo muro, por mais maciço que pareça, tem sempre alguma brecha que alguém pode aumentar para derrubá-lo. Para que investigar aquilo em relação que já sei que não posso fazer nada? (Martín-Barbero, 2024, p. 15).

Essa dinâmica também dialoga com a proposta de adoção da encruzilhada, conceito oriundo de tradições afrodiaspóricas, como metodologia para a comunicação oferecendo “a possibilidade de nomear e descrever situações e fatos que têm como compromisso primeiro resistir à morte, seja ela simbólica ou literal” (Lima, 2024, p. 4) e, portanto, permite “emergir novos caminhos, efetivamente diferentes das referências amplamente baseadas na racionalidade ocidental que se fundou com a violência racial estabelecida com o colonialismo” (Lima, 2024, p. 4).

2 Buscando conceitos para entender as motivações

Na minha experiência pessoal, percebi que um dos grandes acontecimentos do fazer jornalísticos não é o fato em si, como colocam as teorias jornalísticas, mas a forma que a produção toma, após passar, driblando ou apreendendo, tantas camadas de poder. O produto, seja a notícia ou a reportagem, é o resultado de diversos dilemas, sentimentos conflitantes, demandas por vezes rígidas, dos obstáculos superados ou das grandes derrotas das nossas convicções. Coisa mais inquietante ainda talvez esteja na grande possibilidade de tudo isso ser desconstruído e reduzido a pó no dia seguinte ou, em tempos de *hardnews*, no minuto seguinte. Não quero parecer pretensiosa em dizer que é como escrever a história em tempo real, com um sentimento de saber algo ao mesmo tempo que se reconhece não saber nada.

Ouso dizer que a minha relação com o jornalismo se aproxima da relação de Cullwick com Munby. Nem de igualdade libertária e muito menos de poder mútuo, mas empreendida de “uma forte determinação de negociar o poder numa circunstância de grandes limitações” (McClintock, 2024, p. 20). Trago, portanto, aqui a possibilidade de explorar “a tensão estratégica entre as limitações sociais e a atuação social” (McClintock, 2024, p. 20), no caso, por meio das minhas produções.

Selecionei para esse trabalho, três reportagens, publicadas em diferentes épocas ao longo de mais de dez anos de atuação, em veículos diferentes, porém, todos exclusivamente online e locais. São elas: “Entre o feminino e o masculino: transexuais e o mercado de trabalho”, publicada no site Top Mídia News, em 2015; “Número de crianças que dão à luz em MS supera o de pedidos para aborto legal”, publicada no site Campo Grande News, em 2020;

e “Quando o jornalismo expõe vítimas e reproduz a violência de gênero”, publicada no site da Revista Badaró, em 2024.

As escolhas metodológicas apresentadas aqui, assim como os componentes analisados, dialogam com a proposta dos Estudos Culturais, já que considera como linha de pesquisa as “relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais” (Ecosteguy, 2000, p. 4). Desta forma, tal campo considera a cultura como uma esfera não necessariamente determinada pelo âmbito econômico, representando uma mudança de perspectiva em relação aos estudos anteriores.

As afinidades entre o debate proposto aqui e os Estudos Culturais são ainda mais profundas considerando sua estreita relação com os meios de comunicação para o desenvolvimento das pesquisas. Escolher, portanto, esse campo para falar de trabalhos jornalísticos, além de nos proporcionar referencial teórico qualificado, intensifica a potência das discussões sobre comunicação e gênero.

Também demonstra coerência com a própria relação de negociação estabelecida com a minha produção jornalística, já que parte da “perspectiva de que argumenta que no âmbito popular não existe apenas submissão mas, também, resistência” (Ecosteguy, 2000, p. 4), como demonstrado com os produtos da cultura popular e dos *mass media*. Logo, quanto “às linhas de pesquisa implementadas pelos Estudos Culturais, interessa-nos, sobretudo, aquela que se detém sobre o consumo da comunicação de massa enquanto lugar de negociação entre práticas comunicativas extremamente diferenciadas” (Ecosteguy, 2000, p. 7). Embora não fale necessariamente do consumo nesse trabalho, como num estudo de recepção, tal premissa é válida para essa discussão já que meu próprio consumo midiático e, portanto, cultural, tem influência sobre as pautas escolhidas por mim e também na forma em que as apresento ao público.

Partindo, portanto, do princípio de que os meios de comunicação de massa não são apenas instrumentos de manipulação e controle, mas considerando o potencial dos “produtos culturais como agentes de reprodução social, acentuando sua natureza complexa, dinâmica e ativa na construção da hegemonia” (Ecosteguy, 2000, p. 7), temos um ambiente mais promissor ao debate. É importante considerar também para essa reflexão o papel dos Estudos Feministas, responsáveis por provocar novos questionamentos no campo, especialmente

referente à identidade levando aos processos de construção também as questões de gênero, raça e etnia (Ecosteguy, 2000), foco central das matérias selecionadas para essa análise. Sendo assim, os meios de comunicação de massa assumem papel estratégico na constituição dessas identidades, seja no sentido de identidades nacionais ou de novas identidades culturais (Ecosteguy, 2010).

Hall (2006) demonstra como a noção de sujeito passou de “centrado”, como algo fixo, estável e sem a possibilidade de mudanças fundamentais, na modernidade; para “descentrado”, na modernidade tardia. Desta forma, as identidades modernas passaram a se fragmentar levando a um deslocamento da concepção do sujeito moderno. Entre os movimentos históricos apontados como motivadores para tal mudança está justamente o feminismo, “tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social” (Hall, 2006, p. 43).

No final dos anos 70, os movimentos tinham como característica o apelo à identidade social de seus sustentadores. “Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a *política de identidade* - uma identidade para cada movimento” (Hall, 2006, p. 45).

O feminismo, no entanto, teve também uma relação direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico. Questionou, por exemplo, a distinção entre o “privado” e o “público”, levando para a contestação política arenas inteiramente novas da vida social, além de enfatizar a nossa formação como sujeitos generificados, politizando, portanto, a subjetividade, a identidade e o processo de identificação. Desta forma, o que começou como movimento contestador da posição social das mulheres, expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero. Também questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a “Humanidade”, substituindo-a pela questão da diferença sexual (Hall, 2006).

Lélia Gonzalez vai além nesse movimento, ao enfatizar a questão do entrecruzamento dessas identidades entre as mulheres negras e indígenas latino-americanas. Conforme a autora, o feminismo latino-americano perde força quando desconsidera o caráter mulrracial e pluricultural da região. “Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal

abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco” (Gonzales, 2020, p. 129). Dessa forma, a realidade histórica para amefricanas e ameríndias a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça. “A exploração de classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado” (Gonzales, 2020, p. 134).

Passando por todas essas transformações, o conceito de identidade chega ao final do milênio como algo sujeito a mudanças e inovações, além de gerar tensões e ameaça aos modos de vida estabelecidos, tornando a identidade cultural foco de questionamentos. “Esse tema está relacionado com a discussão sobre o sujeito e sua inserção no mundo; sobre os indivíduos e suas identidades pessoais - como nos constituímos, percebemo-nos, interpretamos e nos apresentamos para nós mesmos e para os outros; sobre o deslocamento do indivíduo do seu lugar na vida social e de si mesmo” (Escosteguy, 2010, p. 145).

Reconhecer o movimento do conceito de identidade ao longo dos últimos séculos é, portanto, entender a penetração dessas pautas em veículos de imprensa, especialmente, em uma região tão conservadora como é o Mato Grosso do Sul. O ambiente é particularmente hostil quando se trata de assuntos como identidade de gênero. Para se ter uma ideia, dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, referentes ao ano de 2022, apontavam o Estado como o segundo com a maior taxa proporcional de feminicídios, sendo 2,9 casos por 100 mil habitantes, ficando apenas atrás de Rondônia (3,1) e na frente do Acre (2,6) (Agência Estado, 2023). Os altos índices de violência contra mulher no Estado, o levaram a ser o primeiro a receber uma Casa da Mulher Brasileira, em 2015. Vemos que mesmo com o mecanismo, os índices continuam altos.

3 E como isso aparece no jornal?

Mulheres, homossexuais e transexuais costumam ser identidades de gênero fortemente exploradas nas editorias policiais. Geralmente, aparecem quando estão envolvidos em casos de violência, são um prato cheio ao sensacionalismo, com coberturas que reforçam estereótipos e revitimizam os envolvidos. Pensar em abordagens que vão além dessas situações, se torna um desafio ainda maior diante da dinâmica do jornalismo diário online, centrada em produções rápidas e em quantidades de cliques. Por esses motivos, selecionei aqui matérias em que considero ter conseguido fugir um pouco dessa dinâmica e,

logo, que sejam marcantes na minha trajetória, nem tanto por reconhecimento do público, mas justamente por representarem uma quebra na rotina predominante das produções jornalísticas.

Em “Entre o feminino e o masculino: transexuais e o mercado de trabalho”, retrato a história das transexuais Dinorah Dias da Silva e Kika Veiga diante do desafio de trabalharem sem os documentos com nome social, mesmo tal direito sendo garantido pela Constituição Federal. A matéria foi um especial do Dia do Trabalhadores(as), em 1º de Maio, o que facilitou para que a proposta de pauta fosse aceita, já que na correria das outras demandas, não houve muitas sugestões por parte da redação. O Top Mídia News, site em que trabalhava na ocasião, ainda era um jornal novo, com menos de dois anos de existência, por isso, sem muitos anunciantes. Tal condição abria espaço para muitas experimentações editoriais, desde que cumprido o básico do jornalismo diário. Portanto, tive total autonomia para produzir essa pauta, além disso, fui incentivada pela assessoria de comunicação do Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso do Sul (MPT-MS), que buscava inscrições para premiação nacional de jornalismo promovida pelo órgão. Posteriormente, a reportagem foi eleita a melhor do Centro-Oeste, na categoria online, pelo MPT nacional.

É importante também aqui situar a publicação desta matéria em um quadro histórico do Brasil. Na ocasião, o País era comandado pela presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Primeira mulher eleita para ocupar o cargo, a partir de 2011, e que tinha sido reeleita em 2014, Dilma protagonizou um governo de grandes avanços de direitos das mulheres. Além de aperfeiçoar os instrumentos de combate a violência de gênero, previstos na Lei Maria da Penha, de 2006, em seu governo foram sancionadas leis como do Feminicídio, Lei Carolina Dieckmann, Lei do Minuto Seguinte e Lei Joana Maranhão. Portanto, vínhamos de um período de muitos avanços no campo social e, portanto, favorável a abordagens de assuntos relacionados a questões de gênero na imprensa. Na matéria, por exemplo, cito a tramitação do Projeto de Lei 5002/13, do deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) e da deputada Erika Kokay (PT-DF), que estabelecia o direito à identidade de gênero definida como a vivência interna e individual do gênero, tal como cada pessoa o sente, que pode corresponder ou não ao sexo atribuído após o nascimento. Posteriormente, em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu os efeitos da chamada PL João Nery, como o direito de alterar o nome e o

gênero no registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.

A reeleição de Dilma, nas eleições de 2014, enfrentou forte resistência, especialmente do Congresso Nacional, que trabalhou para inviabilização de seu segundo mandato, o que acabou levando a um golpe em 2016, ano seguinte à sua posse. Com isso, estabeleceu-se um período de ataques aos direitos das mulheres que se intensificaram com a eleição do extremista de direita, Jair Bolsonaro, em 2018.

É nesse contexto que publico a matéria “Número de crianças que dão à luz em MS supera o de pedidos para aborto legal”. Na ocasião, grupos religiosos, unidos à bancada evangélica, intensificaram os ataques ao direito de aborto em casos previstos em lei, como em situações envolvendo o estupro de crianças e adolescentes com menos de 14 anos. Ataque a profissionais que aplicavam o procedimento e até a perseguição de meninas que buscavam o direito aborto estavam em evidência na mídia nacional, que desdobrou o assunto de várias formas.

A grande projeção favoreceu a publicação da matéria no Campo Grande News, maior jornal de Mato Grosso do Sul, onde trabalhava à época. A pauta foi aprovada quando eu já estava com os dados da Secretaria de Estado de Saúde em mãos, o que costuma ser uma boa estratégia para aprovação de assuntos considerados espinhosos e que apontam falhas principalmente na gestão pública, um dos principais compradores de anúncios nos jornais locais. A objetividade ainda é um dos principais conceitos norteadores da prática jornalística, logo, não há nada mais objetivo do que números. Também é preciso apontar aqui a importância de boas relações com os assessores de imprensa dos órgãos públicos. Tais profissionais podem ser valiosos em apontar caminhos para bancos de dados disponíveis ao público, porém, pouco conhecidos. Desta forma, a partir dos números pude debater o assunto com mais profundidade, ouvindo especialistas da área e informando melhor a audiência.

É importante ressaltar que as discussões iniciadas nesta época, ressoam até hoje no debate público. Apesar do retorno de um partido de esquerda à presidência do País, o conservadorismo continua forte no Congresso Nacional e avança nas comissões a chamada “PEC do Estupro”, que proíbe o aborto mesmo em casos previstos em lei. Isso leva, a terceira e última produção que trago para esse debate.

A ideia é que o artigo publicado no site da Revista Badaró funcionasse como uma espécie de contraponto às outras publicações em alguns aspectos. Em “Quando o jornalismo expõe vítimas e reproduz a violência de gênero”, embora ainda continue a abordar a questão de gênero, parto para uma escrita mais opinativa. O espaço é possível por se tratar de um veículo independente, até então mantido principalmente pelos leitores, que se posiciona editorialmente na defesa dos direitos humanos e conta com um coletivo de voluntários para produção de conteúdo, o que permite maior liberdade editorial, desde que alinhada com os princípios da revista. O conteúdo publicado faz uma crítica a própria imprensa, especialmente a exposição de vítimas de violência sexual sem seu consentimento, utilizando como exemplo o caso do ex-ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida. Em novembro de 2025, ele foi indiciado pela Polícia Federal por importunação sexual, inclusive contra uma ministra de Estado. O caso ocorre justamente dentro de um governo eleito para frear retrocessos, inclusive, na área de direitos das mulheres, configurando um grande escândalo, que culminou na exoneração do ministro, mas foi capaz de demonstrar que mesmo em ambientes que tem a igualdade como bandeira, as violências de gênero ainda estão presentes.

Em relação às demais publicações, posso aqui fazer uma crítica ao tipo de jornalismo que eu mesma havia produzido até então, o que é resultado também de assumir meu papel como pesquisadora de comunicação e estudos de gênero. Confesso, a partir de uma espécie de metalinguagem, certo cansaço em encontrar brechas na mídia hegemônica, mas, ao mesmo tempo, busco uma forma de continuar levando o assunto ao público, mesmo que seja de forma mais nichada e com impacto menor, porém, em site com foco numa projeção mais nacional. Considero importante também fazer uma pequena avaliação sobre a minha própria escrita. Percebo que ao longo dos anos me familiarizei melhor com o assunto, trabalhei melhor conceitos, atingi uma escrita mais segura e, consequentemente, mais qualificada para o público.

4 Identidades: entre limites e negociações

A pequena amostragem de matérias que trago aqui demonstra algo sobre como os movimentos em relação às identidades culturais se refletem nos meios de comunicação. O descentramento das identidades é percebido pela imprensa e até retratado, até porque seria

impossível ignorar algo que está cada vez mais evidente na sociedade. Porém, ainda percebemos certa rigidez nesse tratamento.

Mesmo nas produções apresentadas aqui, as identidades ainda são tratadas em um contexto de violência, por exemplo, mesmo que não a física, como é mais comum. Nesse sentido, percebemos um movimento mais retraído em relação a outros espaços na disputa por representações. Ao analisar as memórias negras nos museus, Zubaran e Machado (2024) reconhecem que os novos movimentos sociais e suas políticas de identidade, reivindicam direito à memória e buscam por sua institucionalização no espaço público. No contexto dos museus, é identificado um deslocamento importante na representação do Outro, passam esse a ser “os produtores de suas próprias representações” (Zubaran e Machado, 2024, p. 8). Na terceirização, na fluidez e rapidez das produções jornalísticas, bem como na falta de diversidade na imprensa tradicional, notamos que não há o predomínio de tal movimentação, apenas em casos pontuais, como vimos aqui.

Percebemos assim que, propostas como a das pesquisadoras Moraes e Veiga da Silva (2019), de uma virada epistemológica, na busca por um jornalismo de subjetividade, reconhecendo as limitações da ideia de objetividade jornalística, é importante nesse momento. Segundo as autores, tal conceito limita a abordagem de questões relacionadas a raça e gênero por ser baseado na neutralidade e na noção de sujeito universal (o homem, branco, heterossexual, ocidental). Sugerem, portanto, “que a prática jornalística preveja a subjetividade como uma ferramenta para a descolonização dos conhecimentos do Jornalismo” (Moraes, Veiga da Silva, 2019, p. 2).

Talvez aí esteja um caminho que reflita a multiplicidade de identidade como analisado por Hall (2006) e, não só isso, mas também seja capaz de reconhecer e acompanhar sua transitoriedade (Louro, 2007). Desta forma, talvez seja possível tornar o jornalismo mais plural, no sentido de que, “generalizações e fronteiras identitárias muito fixas delimitadas nos fazem perder corpos como eles realmente estão sendo diferenciadamente produzidos e reconhecidos” (Duque, 2022, p. 2019).

Referências

AGÊNCIA ESTADO. *Feminicídio: onde as mulheres mais morrem no País?* Veja lista de estados. Correio Brasiliense, Brasília, 20 jul 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/07/5110330-feminicidio-onde-as-mulheres-mais-morrem-no-pais-veja-lista-de-estados.html>. Acesso em: 01 dez 2024.

Intuitio, Chapecó-SC, v. 19, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2026 (p. 11)

ANZALDÚA, Gloria. *“La conciencia de la mestiza/ Rumor a uma nova consciencia.”* Revista Estudos Feministas 13.3 (2005), p. 704-719.

DUQUE, Tiago. *Lugar de corpo e diferenças no Pantanal*. In: DROZDOWSKA-BROERING, Izabela; MARKENDORF, Marcio; OLIVEIRA Geovana Quinalha de. (Org.). *Memórias do corpo: apagamentos*. 1ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2022, v. 1, p. 219-239.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Estudos Culturais: uma introdução*. In: JOHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma (Orgs.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 2-11.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Identidades culturais: uma discussão em andamento*. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 145-191.

EVARISTO, Conceição. *A Escrivência e seus subtextos*. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosada (Org). *A Escrivência: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. -- 1. ed. – Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREITAS, Jeseania Miranda Freitas; OLIVEIRA, Lysie dos Reis. *Memórias de um tamborete de baiana: as muitas vozes em um objeto de museu*. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador, v. 05, n. 14, p. 541-564, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/8106/pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

GONZALES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Pensamento feminista hoje: perspectiva decolonias*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HALL, Stuart. *Nascimento e morte do sujeito moderno*. In: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A; 2006. p. 23-46.

JARA, Tainá. *Entre o feminino e o masculino: transexuais e o mercado de trabalho*. Top Mídia News, Campo Grande, 01 mai 2024. Disponível em: <https://www.topmidianews.com.br/cidades/entre-o-feminino-e-o-masculino-transexuais-e-o-mercado-de-trabalho/27166/>. Acesso em: 01 dez 2024.

JARA, Tainá. *Número de crianças que dão à luz em MS supera ao de pedidos para aborto legal*. Campo Grande News, Campo Grande, 11 nov 2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/numero-de-criancas-que-dao-a-luz-em-ms-supera-ao-de-pedidos-para-aborto-legal>. Acesso em: 01 dez 2024

JARA, Tainá. *Quando o jornalismo expõe vítimas e reproduz a violência de gênero*. Revista Badaró, Campo Grande, 21 out 2024. Disponível em: <https://www.revistabadaro.com.br/2024/10/21/quando-o-jornalismo-expoe-vitimas-e-reproduz-a-violencia-de-genero/>. Acesso em: 01 dez 2024.

LIMA, Verônica Maria Alves. *Encruzilhada: novas rotas contra a colonialidade*. Comsertões - Revista de Comunicação de Cultura no Semiárido, Juazeiro, n. 1, p. 26-43, 2024. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/comsertoes/article/view/20083>. Acesso em: 27 ago. 2025

LOURO, Guacira L. *Conhecer, pesquisar e escrever*. Educação, Sociedade & Culturas, Porto Alegre, n. 25, p. 235-245, 2007. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/Arquivo.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Jesus Martín-Babero: As formas mestiças da mídia*. [Entrevista Concedida a] Mariluce Moura. Pesquisa Fapesp, São Paulo, n. 345, p. 10-15, nov, 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-formas-mesticas-da-midia/>

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 20, p. 7-85, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n20/n20a02.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MORAES, Fabiana. *A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora*. In: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi>> Acesso em: 25 jun. 2022.

ZUBARAN, Maria Angélica; MACHADO, Lisandra Maria R. *Que memórias e histórias negras se ensinam nos museus? Do esquecimento ao reconhecimento*. Linguagem, Educação e Sociedade (UFPI), v. 30, p. 13-35, 2014. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/8708/pdf>. Acesso em: 06 ago.2024.

Recebido em: 15/12/2025.

Aprovado em: 27/05/2026.

Publicado em: 27/07/2026